

## **O perfil sócio-cultural do produtor agrícola duriense nas últimas décadas: uma mudança animadora mas insuficiente**

Helena Pina<sup>(a)</sup>

<sup>(a)</sup> Departamento de Geografia, FLUP, mpina@letras.up.pt

### **Resumo**

Cenário privilegiado, a Região Demarcada do Douro evidencia um quadro paisagístico excecional, para além de um património soberbo, que justificou a sua classificação pela UNESCO como “Património da Humanidade”. Os obstáculos ao seu desenvolvimento, porém, acumulam-se, nomeadamente os de âmbito demográfico. Neste contexto, é imperativo questionar o perfil sócio-cultural dos seus residentes, particularmente do produtor agrícola, dada a sua ascendência no tecido económico regional. Efetivamente, apesar de ser indisfarçável uma melhoria do nível de literacia e da formação técnica do agricultor, quando se confronta o cenário existente em 1989 com o de 2009 é inegável o seu declínio e um nítido envelhecimento, para além de ostentar ainda um nível formativo elementar em termos de literacia e de conhecimentos técnicos inovadores. Não obstante, para a dinamização regional é imprescindível a aposta em estratégias que conjuguem os distintos atores num contexto que privilegie os residentes, os efetivos preservadores do património duriense.

**Palavras chave:** produtores agrícolas, envelhecimento, declínio demográfico, perfil sócio-cultural, literacia

### **1. Introdução**

Espaço paradigmático, a Região Demarcada do Douro (RDD) foi criada e regulamentada em 1756. Região envolta num microclima de cariz mediterrâneo e dominada por litossolos xistosos, inicia-se em Barqueiros e Barrô, no seu extremo ocidental, e prolonga-se até à fronteira espanhola, seu limite oriental (Fig. 1). Totaliza cerca de 250000 ha, se bem que apenas 45000 desses hectares estejam ocupados pela vinha contínua (IVDP, 2013). Aqui se sucedem as paisagens idílicas, onde se multiplicam os socalcos repletos de vinhedos, implantados nas vertentes declivosas do rio Douro e dos seus principais afluentes. A região é, contudo, heterogénea, surgindo, de uma forma gradativa, três subregiões que se denunciam em termos económicos, sociais, culturais e paisagísticos: Baixo Corgo (BC), Cima Corgo (CC) e Douro Superior (DS).

Muito sumariamente, poderá dizer-se que, enquanto no Baixo Corgo, a subregião mais ocidental, sobressai uma paisagem onde domina a pequena propriedade familiar (Pina, 2011, 2013), no Cima Corgo, o quadro natural favorece a existência de uma vinha de maior qualidade e a maior concentração das grandes quintas empresariais. No extremo oriental surge o Douro Superior, a subregião onde ainda predomina a amendoeira e a oliveira.

A justificação destes contrastes decorre de uma multiplicidade de fatores de origem antrópica, mas também ambientais e económicos. Recorde-se, a título de exemplo, que foi o homem que, ao longo dos séculos, criou um litossolo xistoso num vale onde os declives ultrapassam os 35°, razão pela qual se multiplicam os socalcos para proteger os vinhedos dos episódios erosivos.

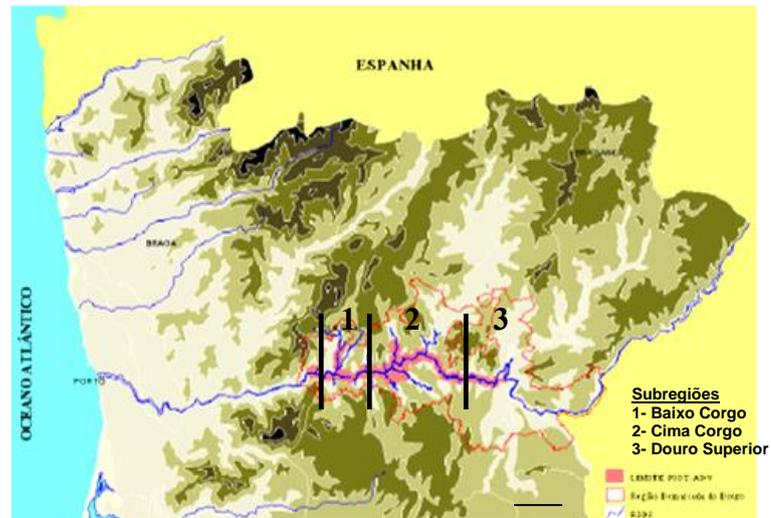


Fig. 1- Localização da Região Demarcada do Douro (RDD).

Fonte: Plano Intern. de Orden. Territ. do Alto Douro Vinhateiro, UTAD.

Em termos climáticos, como se evidencia um clima de matriz mediterrânea, são nítidas as carências hídricas com consequências na área vitícola (Rodrigues, 2011). Com efeito, se no BC, a subregião mais húmida, a vinha ocupa quase todo o espaço com capacidade para tal (Pina, 2007), no DS, como as temperaturas são mais elevadas e os recursos hídricos são mais escassos, a área ocupada pela vinha conteve-se entre 10% e 20% da SAU, cenário que só após 1974 se alterou, na sequência da expansão económica então vigente, avolumando-se os vinhedos mecanizados. Simultaneamente, porém, substituiu-se o tradicional terraço pela “vinha ao alto” ou pela “vinha em patamares” (Queiroz, 2010), dilatando-se desta forma os vinhedos, mas com morfologia alheia à tradição. Entretanto, multiplicavam-se os excedentes vínicos, alterava-se a paisagem e restringiam-se as vivências sociais (Lourenço, 2008; Queiroz, 2010; Pina, 2013). Persiste, contudo, um cenário regional pleno de recursos endógenos, que incluem um valioso património arquitetónico e cultural (quer urbano, quer rural), para além de uma paisagem única, vinhos de excecional qualidade, feiras regionais, ou ainda estâncias termais. Neste contexto, aposta-se no turismo em espaço rural, designadamente no enoturismo (Pina, 2012, 2013).

Se as potencialidades regionais são imensas, os problemas também se acumulam, abrangendo desde os ambientais, aos económicos (Abreu, 2012; Pina 2013), mas também os culturais e os sociais (Ferreira, 2012). Com efeito, perante as deficientes acessibilidades, a exiguidade de alternativas laborais e a falta de empreendedorismo, desenvolveram-se grandes fluxos migratórios que conduziram ao declínio demográfico duriense, sobejando uma população envelhecida e com escassa formação.

Perante tal cenário, neste artigo debruçar-nos-emos sobre o quadro social duriense mais recente, recorrendo a uma metodologia que conjuga um intenso trabalho de campo com um estudo documental, privilegiando os recenseamentos agrícolas de 1989 a 2009 (INE). Tentaremos obter uma imagem da complexidade do atual quadro social e das mutações mais incisivas, bem como dos seus reflexos.

## **2. O quadro demográfico regional: uma evolução assimétrica e descontinuada**

Região inconfundível, “Património da Humanidade” (Aguar, 2000), não obstante, os obstáculos ao seu desenvolvimento acumulam-se, nomeadamente os de âmbito social, como a recessão demográfica (Pina, 2012b). Com uma população em declínio e implantação assimétrica, que sempre privilegiou o Baixo Corgo (em 1864 já aí residiam 41,3% dos durienses, enquanto no Douro Superior se fixavam menos de 28,5%), se até ao final do século XIX os acréscimos populacionais foram muito limitados devido à sucessão de crises vitícolas e à proliferação das epidemias, posteriormente a população aumentou, de modo particular nos núcleos urbanos regionais. Neste contexto, em 1900 sobressaía uma população jovem (35% a 45% tinha menos de 15 anos de idade), enquanto os idosos não atingiam 5%; por seu lado, eram vulgares taxas de 95% de analfabetismo, particularmente entre o grupo feminino, destacando-se pela positiva o eixo Vila Real / Lamego (BC). Estes acréscimos prolongaram-se até à década de cinquenta do século XX, institucionalizando-se posteriormente fortes recessões demográficas decorrentes da instabilidade política, social e económica, que induziu a intensos fluxos migratórios, ainda que o eixo Vila Real / Lamego se vincasse. Entretanto, os declínios eram inexoráveis, sobretudo no Douro Superior, proporcionando que no início do século XXI a redução demográfica fosse indistigável, bem como a ascendência crescente do Baixo Corgo (em 2011, 56,6% da população residia nesta subregião).

## **3. A população agrícola**

Se a recessão demográfica é um problema real na região, este ainda é mais notório quando individualizamos a população rural, particularmente o produtor agrícola. Grupo populacional que até às décadas de quarenta e cinquenta do século XX se dilatou, refletindo as elevadas taxas de natalidade, na sequência dos subseqüentes fluxos migratórios registou um intenso declínio e um envelhecimento estrutural. Estas tendências foram-se acentuando, institucionalizando-se a carência de mão-de-obra especializada e onerando-se os trabalhos agrícolas, ou abreviando-os (Pina, 2012b). Apenas a reestruturação da vinha e a aposta em novas tipologias de socalcos, mecanizados, aliviou este problema, mas num quadro preocupante.

Há, porém, que analisar as últimas décadas, de facto as mais impressionantes e bem documentadas, nomeadamente em termos estatísticos. Tendo por base os recenseamentos agrícolas (INE), confirma-se efetivamente o intenso declínio da população agrícola, sendo comuns reduções superiores a 50% quando confrontamos este valor com o da década de sessenta (Pina, 2007). Não obstante, em 1989, era no Baixo Corgo que permanecia mais de 50% da população agrícola regional (Tabela I), particularmente no eixo Vila Real / Lamego, onde existiam maiores hipóteses laborais. Assim se incrementou a dupla atividade entre os jovens adultos, forma de manter a pequena propriedade familiar, e, com isso, o património regional.

Esta tendência recessiva acentuou-se nas décadas seguintes, sobretudo no Douro Superior, proporcionando que em 2009 se sucedessem as freguesias onde as reduções da população agrícola ultrapassavam 50% no período em análise. As exceções são ocasionais e refletem sobretudo o incremento acentuado da vinha e do turismo, de facto uma das vertentes que maior dinamismo proporciona à região. Neste contexto, se em 1989 subsistia uma significativa população agrícola, sobretudo no Baixo Corgo (>70%), embora com valores inferiores a 30% nos núcleos urbanos, nas décadas seguintes esta população restringiu-se a valores inferiores a 50%, não ultrapassando 15% em núcleos urbanos como Vila Real (INE, 2009).

Tabela I - Evolução da população agrícola entre 1989, 1999 e 2009 (%)

Sub-região	Concelhos	1989	1999	2009	1999/1989	2009/1999	2009/1989
		HM	HM	HM	%	%	%
	Mesão Frio	2638	1823	1256	-30,9	-31,1	-52,4
	Peso da Régua	5954	4628	3076	-22,3	-33,5	-48,3
	Vila Real	15489	10530	7184	-32,0	-31,8	-53,6
Baixo Corgo	Armamar	5907	3734	2850	-36,8	-23,7	-51,8
	Sta Marta Penaguião	5319	4685	3490	-11,9	-25,5	-34,4
	Lamego	10107	6306	4296	-37,6	-31,9	-57,5
	(Barró) Resende	740	524	310	-29,2	-40,8	-58,1
	Alijó	10844	8353	5647	-23,0	-32,4	-47,9
	Sabrosa	5115	4135	3191	-19,2	-22,8	-37,6
Cima Corgo	São João da Pesqueira	8022	6098	4504	-24,0	-26,1	-43,9
	Tabuaço	4513	3421	2582	-24,2	-24,5	-42,8
	Murça	5388	4235	3386	-21,4	-20,0	-37,2
	Carrazeda de Ansiães	6245	4719	3823	-24,4	-19,0	-38,8
	Freixo Espada à Cinta	3096	2307	1934	-25,5	-16,2	-37,5
	Torre de Moncorvo	6396	5509	4157	-13,9	-24,5	-35,0
Douro Superior	Vila Flor	4911	4896	3984	-0,3	-18,6	-18,9
	Vila Nova de Foz Côa	6538	5485	4101	-16,1	-25,2	-37,3
	Alfândega da Fé	4186	3682	3443	-12,0	-6,5	-17,7
	Fig. Castelo Rodrigo	5280	4255	3175	-19,4	-25,4	-39,9
	Meda	5940	4456	3140	-25,0	-29,5	-47,1

Fonte: Rec. Agrícolas de 1989, 1999 e 2009 (INE).

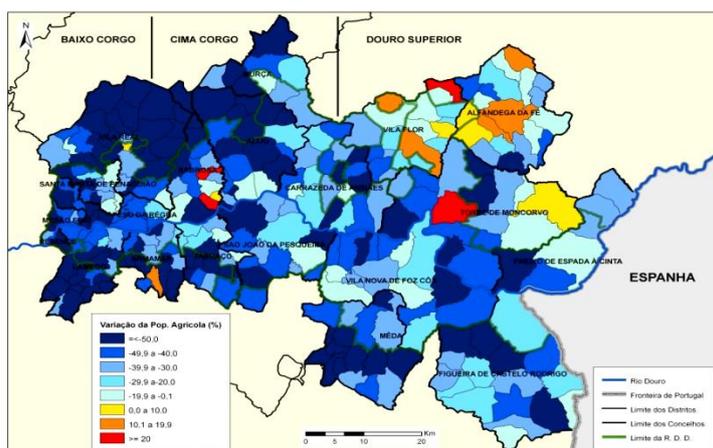


Fig. 2 – Variação da população agrícola (HM), por freguesia, entre 1989 e 2009 (%).

Fonte: Rec. Agrícolas de 1989 e 2009, INE

Em síntese, na RDD é inquestionável o decréscimo da população agrícola (Fig. 2), tendência aliviada nas freguesias do eixo Vila Real / Lamego e no acesso a Mirandela, embora a imagem mais comum reflita perdas superiores a 50% da população rural, com o conseqüente abandono dos espaços agrícolas e a falta generalizada de assalariados. Nem a maior taxa de mecanização soluciona o problema (Queiroz, 2010).

#### 4. O produtor agrícola: a persistência de um perfil técnico-cultural deficitário

Se o cenário é preocupante no que concerne à população rural duriense, o quadro ainda se enegrece, quando focalizamos a nossa atenção apenas nos produtores agrícolas, os coordenadores das explorações. Como seria expectável, em 1989 realçava-se o Baixo Corgo, não só porque aqui dominava a pequena propriedade de estrutura familiar

(Pina, 2007, 2013; Abreu, 2012), mas também porque a existência de pólos urbanos polifuncionais proporcionava a existência da dupla atividade, particularmente entre os jovens. Neste contexto, em 1989, era no BC que sobressaía o número mais significativo de produtores agrícolas, enquanto no DS, perante a prevalência de problemas hídricos e a menor representatividade da vinha, o número de produtores, para além de ser mais restrito, sofria as maiores reduções entre 1989 e 2009.

É o declínio generalizado de viticultores que se realça na RDD, embora nas freguesias vitícolas mais atrativas o abandono do solo seja contido, visto que os grandes proprietários adquirem toda a área disponível. Assim se ampliam os domínios empresariais, enquanto sobeja uma população agrícola muito idosa, sobretudo em 2009, particularmente no DS.

Mas nem todos os indicadores registaram uma evolução negativa, pois, no que concerne à formação, a evolução foi positiva. Com efeito, se em 1989 mais de 35% dos produtores eram analfabetos, ou não tinham concluído nenhum grau de ensino (INE, 1989), em 2009 restavam cerca de 10% a 30% de iletrados. Acresce que em 2009 entre os produtores que concluíram um grau de ensino, dominava o nível básico (60% a 80% de produtores - INE), mas 5% a 10% tinham concluído um curso superior, ultrapassando-se mesmo 20% nas principais freguesias vitícolas do BC e CC. Não obstante, eram os mais idosos que asseguravam os trabalhos agrícolas. Em síntese, entre 1989 e 2009, no Alto Douro a população rural diminuiu e envelheceu, mas obteve formação técnica e literacia, sobretudo os produtores jovens residentes nos núcleos urbanos.

## 5. Algumas notas conclusivas

Apesar do património evidenciado pela RDD e das suas múltiplas potencialidades, persistem os problemas e alguns acentuam-se. Neste artigo selecionamos o quadro social. Após um século XIX com acréscimos demográficos descontínuos, dependentes da evolução do setor vitícola, no século XX, na sequência das melhorias técnicas e sanitárias, observaram-se amplos acréscimos populacionais que se prolongaram até à década de cinquenta. No entanto, em virtude da exiguidade de hipóteses laborais, posteriormente instituíram-se amplos fluxos migratórios e um conseqüente declínio demográfico. Neste contexto, nas últimas décadas a população agrícola diminuiu e envelheceu progressivamente, sobretudo no DS, mas ampliando a sua formação, sobretudo os residentes nas freguesias mais privilegiadas em termos vitícolas, ou nas sedes concelhias. Perante este declínio demográfico, na atualidade surgem problemas de continuidade das explorações de estrutura familiar e, conseqüentemente, de preservação da paisagem e do património duriense.

Há que implementar estratégias dinamizadoras, que não ignorem a vitivinicultura, a força motriz da região, apostando no associativismo, mas também no incremento da multifuncionalidade das explorações, investindo particularmente no turismo. Exige-se, porém, que sejam catalisados todos os estratos sociais, particularmente os agricultores, criando-se sinergias, complementaridades que potenciam os recursos endógenos, numa perspetiva inovadora e sustentável, não desvirtualizadora deste património. Está em causa o futuro da região duriense.

## 6. Bibliografia

Abreu, L. (2012). Direito da Propriedade Privada e Utilização do Solo no Alto Douro Vinhateiro, In *Direito Rural*, Vida Económica Editorial S.A, Porto, 34.

Andresen, T. e Rebelo, J. (2013). *Avaliação do Estado de Conservação do Alto Douro Vinhateiro – Paisagem Cultural Evolutiva e Viva*, Volume 1 e 2. Porto: CIBIO UP / UTAD.

CCDRN (2007). *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro*. CCDRN. Porto.

Dermendzhieva, S. et al (2011). "Danube and Douro, two rivers one destination the axis of connection or world sociocultural barriers", in Acts "*International Dialogue and Education in the Balkans and Eastern Europe*, University of Verliko Tarnovo, Bulgária.

Ferreira, J. (2012). *A Sustentabilidade do Alto Douro vinhateiro: realidade ou utopia? Contributo para a avaliação e melhoria da sustentabilidade da região*, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Magalhães, R. (coord.) (2008). *O Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2005-2013*, CCDR, Porto.

INE. (2009). *Recenseamento Agrícola de Portugal de 1989, 1999 e 2009*. INE, Lisboa.

Lourenço, J. et al (2008). *Alterações dos usos do solo - o caso do vale do Douro*, Universidade do Minho, Braga..

Pina, H. (2007). *O Alto Douro - um espaço contrastante em mutação*, colecção Temas Portugueses, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

Pina, H (2012a). Land use structure in the Demarcated Douro Region: overarching trends in the last few decades, *Journal of Geography*, Galway, 123-139.

Pina, H. (2012b). A Região Duriense, um património a desenvolver preservando e inovando, e-book *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Políticas de Ordenamento Territorial nas Periferias Europeias*, FLUP, Porto.

Pina, H. (2013). A estrutura fundiária duriense – um quadro problemático que urge reverter e dinamizar. In *Direito Rural*, Vida Económica Editorial S.A, Porto, 34.

Queiroz, J. et al. (2010). Vine spacing in steep slope viticulture: narrow terraces, Douro Region. Viticulture en fort pente et densité de plantation: banquettes étroites, Région de Douro. CERVIM, *Troisième Congrès International Viticulture de Montagne et/ou En Forte Pente*, Castiglione di Sicilia, Catania, Itália.

Agradecimentos: Este trabalho foi financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do CEGOT (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território).